

# Oposição dividida dá vitória para governo

FLAMARION MOSSRI

**BRASÍLIA** — A divisão dos oposicionistas foi a causa da vitória obtida com a devolução para a sanção presidencial do projeto original da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O PMDB e o PSDB queriam que o Congresso aprovasse, por votação simbólica, o texto substitutivo elaborado pelo senador José Richa (PSDB-PR). Mas o PT e o PDT se recusaram a votar a LDO porque o Senado, horas antes, não tinha reunido quórum para avaliar o projeto de política salarial e adiar qualquer decisão para agosto, quando termina o recesso parlamentar. Com isso, o projeto de LDO foi devolvido ao presidente Fernando Collor sem ter sofrido uma única modificação.

Os líderes do PMDB e do PSDB fizeram reiterados apelos para que PT e PDT concordassem com a aprovação do substitutivo. Richa chegou a garantir que, em agosto, os senadores aprovariam sem problemas o projeto de política salarial elaborado na semana passada pela Câmara. "O Senado não quer correr a risco de vetos desse tipo nas vésperas da eleição", argumentou o parlamentar do

PSDB. Os líderes do PFL e do PDS no Senado, respectivamente Marco Maciel (PE) e Jarbas Passarinho (PA), já haviam anunciado que votariam a favor do projeto da Câmara. Diante da recusa dos petistas em aprovar seu substitutivo, Richa reagiu: "O PT só faz acordo quando os outros partidos concordam com ele".

O senador tucano se esforçou para demonstrar aos líderes do PDT e do PT que seu texto "aperfeiçoava" o projeto de LDO do governo. Nesse esforço, Richa discutiu com os deputados petistas Gumerindo Milhomen, José Genoino e Paulo Paim, além de Miro Teixeira e Doutel de Andrade, do PDT. De acordo com Richa, o substitutivo cortava gastos vultosos do governo. PT e PDT concordaram apenas em aprovar, por voto simbólico, créditos suplementares para a Justiça Eleitoral, o Programa do Leite, o Programa de Alimentação Escolar e a Operação Tapa-Buracos nas rodovias federais.

Os líderes do PSDB e do PMDB na Câmara, Euclides Scalco (PR) e Ibsen Pinheiro (RS), não acreditam no êxito do mandado de segurança movido pela oposição contra o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro.